

Moção 81

A Saúde que Defendemos: por um Serviço Nacional de Saúde público, universal, democrático e sustentável

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa e uma condição essencial do exercício efetivo da liberdade. Sem saúde não há autonomia, não há projeto de vida, não há cidadania plena. Por isso, para o LIVRE, **o SNS não é negociável**: defendê-lo implica democratizá-lo, valorizá-lo e garantir a sua sustentabilidade financeira, humana e ambiental.

Vivemos, porém, um tempo de risco. O SNS enfrenta um subfinanciamento crónico, uma gestão errática e uma dependência crescente de operadores privados, num quadro de fragilização que pressiona os profissionais e aumenta as desigualdades no acesso. Em vez de uma reforma consistente e planeada, têm sido tomadas decisões avulsas, muitas vezes orientadas por lógicas de curto prazo e por uma visão da saúde como mercado, em detrimento da saúde como serviço público universal e tendencialmente gratuito¹.

A evidência é clara quanto ao caminho a não seguir. Uma revisão publicada na *The Lancet Public Health* em 2024 concluiu que a privatização dos cuidados de saúde quase nunca melhora a qualidade, associando-se frequentemente a piores resultados para os utentes e a cortes em pessoal para garantir margens de lucro². Em Portugal, a própria Entidade Reguladora da Saúde, no seu estudo de avaliação das parcerias público-privadas (2016), não encontrou evidência de que a gestão hospitalar em PPP se traduza em melhor desempenho face a hospitais de gestão pública³.

Diagnóstico: um SNS sob pressão

A defesa do SNS exige começar por olhar de frente para a sua realidade.

- **Doença crónica em crescimento.** Em 2024, 42,3% dos residentes com 16 ou mais anos reportaram ter doença crónica, face a 32,1% em 2004; entre os 65+ anos o valor sobe para 68,1%. A multimorbilidade (duas ou mais doenças crónicas) atingiu 73,7% da população registada nos cuidados primários em 2024. Portugal está entre os países europeus com maior proporção de pessoas com doenças crónicas.
- **Mais de 1,6 milhões de pessoas sem médico de família.** Em junho de 2025 havia cerca de 1,67 milhões de utentes inscritos sem médico, com Lisboa e Vale do Tejo a concentrar a situação mais crítica (cerca de 1,13 milhões de pessoas sem médico atribuído) e casos extremos como a ULS Estuário do Tejo, onde quase metade dos utentes não têm clínico.
- **Fuga e desgaste dos profissionais.** Entre 2022 e 2024, mais de 2700 médicos pediram à Ordem dos Médicos certidões para exercer no estrangeiro — uma vaga de saída próxima de mil por ano, com impacto que a própria Ordem classifica de "brutal". No final de 2024 havia 713 médicos aposentados a trabalhar no SNS, mais de

¹ Artigo 64.º, n.º 2, al. a) da Constituição da República Portuguesa.

² <https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667%2824%2900003-3/fulltext>

³ https://www.ers.pt/media/3452/ers_-_estudo_ppp.pdf

metade nos cuidados primários, ao abrigo de um regime excecional sucessivamente prorrogado. Um estudo de 2025 da Universidade do Porto com a FNAM indica que 28% dos médicos apresentam *burnout* elevado e 47% ansiedade elevada.

- **Prevenção subfinanciada.** O Orçamento do Estado para 2026 prevê uma despesa na área da prevenção pouco superior a 1% do total da saúde, quando a média da OCDE ronda os 3%.
- **Governança instável.** Em menos de um ano foram substituídos os conselhos de administração de mais de um terço das ULS do país, num modelo de nomeação criticado pela opacidade, elevada rotatividade e abertura a nomeações político-partidárias.
- **Desigualdades territoriais.** As pessoas residentes no Norte e no Alentejo apresentam cerca de 30% menor probabilidade de realizar os rastreios oncológicos recomendados face a quem vive na Área Metropolitana de Lisboa. Em 2024, o rastreio do cancro do cólon e reto cobriu apenas 32,5% da população-alvo.

Este diagnóstico não conduz ao derrotismo, mas à exigência: o SNS precisa de uma reforma estrutural, planeada e ancorada no serviço público, não de “soluções de mercado” que agravam os problemas.

Sete eixos para a saúde que defendemos

1. Um SNS público, sem entregar a saúde ao mercado privado

O setor privado não vai resolver os problemas estruturais do SNS. Pelo contrário, tende a agravá-los, produzindo piores resultados em saúde e aumentando as desigualdades. Também é no público que são resolvidas e tratadas as situações de maior complexidade, tantas vezes pouco rentáveis para os privados.

O LIVRE defende **travar a expansão das parcerias público-privadas** e o avanço de modelos como as USF-C, que abrem a gestão de unidades, equipas e listas de utentes a entidades privadas, opção contra a qual alertaram a USF-AN e a Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, por representar risco de perda de qualidade e aumento das desigualdades. Em alternativa, investir na rede pública e consolidar os modelos que já provaram resultados dentro do SNS.

2. Cuidados de saúde primários sólidos, num sistema integrado

A saúde não se concentra nos hospitais nem nas urgências: um sistema eficiente assenta em cuidados de saúde primários fortes, articulados com os restantes níveis de cuidados. O LIVRE defende a **generalização das Unidades de Saúde Familiar Modelo B** - que a Entidade Reguladora da Saúde reconhece como tendo melhor desempenho na maioria dos indicadores - com recursos humanos e financeiros adequados e um plano que permita a todas as equipas que cumprem os critérios legais transitar para este modelo. Esta aposta tem de vir acompanhada de **maior integração entre cuidados primários e hospitalares** e do uso efetivo e atempado dos sistemas de informação, num sistema hoje ainda demasiado hospitalocêntrico.

A proximidade estende-se ao domicílio e à comunidade: o LIVRE propõem modelos inovadores de **cuidados domiciliários** baseados em equipas multidisciplinares autogeridas e em redes de vizinhança, capazes de reduzir custos e centrar os cuidados na reabilitação e na autonomia das pessoas.

3. Prevenção e promoção da saúde no centro das políticas públicas

Um sistema de saúde sustentável não se pode limitar a responder à doença: deve **colocar a promoção da saúde e a prevenção da doença no centro da sua ação**, atuando sobre os determinantes sociais, ambientais e comportamentais e envolvendo as comunidades. Isto exige que o financiamento, a organização dos serviços e a

atividade assistencial das ULS priorizem efetivamente estas dimensões e não apenas que figurem em documentos estratégicos.

Esta visão preventiva já se traduziu em iniciativas concretas apresentadas pelo LIVRE no parlamento: a **equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos**, com unidades móveis e apoio ao transporte de utentes, o combate aos **comportamentos aditivos sem substância** (jogo e apostas *online*, uso intensivo de ecrãs), num mercado de jogo *online* que bateu recordes, e a **promoção da saúde mental**, incluindo de grupos profissionais de elevado risco.

4. Profissionais valorizados: não há SNS sem quem nele trabalha

Qualquer política de saúde assenta na valorização dos profissionais. Más condições de trabalho e progressão imprevisível empurram os profissionais do SNS para o privado ou para o estrangeiro. O LIVRE tem defendido e continuará a defender **substituir soluções precárias e dispendiosas, como o recurso estrutural a contratos de tarefa, por vínculos estáveis** capazes de fixar profissionais no SNS, e a negociação, com as estruturas sindicais, da valorização de todas as carreiras de saúde.

Esta visão concretiza-se em iniciativas já apresentadas:

- **Valorização da carreira médica**, integrando o internato na estrutura da carreira, reconhecendo o tempo de serviço prestado nos setores privado, social e no estrangeiro, e consagrando tempo protegido, no horário de trabalho, para formação, docência e investigação.
- **Criação da carreira de médico dentista no SNS**, num país onde apenas cerca de 1% dos médicos dentistas trabalha no serviço público e mais de metade da população não tem dentição completa⁴.
- **Justiça remuneratória para os enfermeiros**, garantindo o pagamento integral dos retroativos devidos e o fim das posições remuneratórias "virtuais", uma vitória do LIVRE na anterior legislatura (2024-2025) que pôs fim a esta injustiça, mas que não terminou para todos os profissionais e na qual continuamos a trabalhar.
- **Reforço da formação em cuidados paliativos**, perante o défice de acesso que atinge cerca de 70% das pessoas com necessidades paliativas (90% no caso das crianças).

5. Democratizar a governação do SNS

A governação das unidades do SNS é determinante para o seu funcionamento e estabilidade. O LIVRE defende o **fim da opacidade e das nomeações político-partidárias**, com a eleição dos presidentes dos conselhos de administração das ULS (Unidades Locais de Saúde), pré-selecionados pela CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) e escolhidos por processo democrático que envolva os profissionais, bem como e o reforço da participação de profissionais e utentes nos conselhos consultivos, com representação significativa e acesso à informação necessária.

6. Transparência e regulação do setor privado

A relação entre o SNS e o setor privado é marcada por profunda assimetria de informação: sobre o SNS existem dados detalhados; sobre o privado, mesmo quando recebe financiamento público, a informação é fragmentada. O LIVRE defende **exigir aos operadores privados um reporte de dados de gestão e atividade equivalente ao do SNS**, como condição de qualquer parceria ou acordo com o Estado. Só com regulação adequada o Estado compreende as lacunas do SNS e age para as colmatar.

⁴<https://observador.pt/2025/11/03/seis-em-cada-dez-portugueses-tem-falta-de-dentes-alerta-barometro>

7. Um SNS ecologicamente sustentável

O setor da saúde é um ator importante na transição ecológica, os sistemas de saúde são responsáveis por cerca de 6% das emissões totais de gases com efeito de estufa nos países ocidentais. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas agravam doenças respiratórias e infecciosas. Seguindo o exemplo do NHS britânico, que reduziu a sua pegada carbónica em 68% face a 1990 e foi o primeiro serviço nacional de saúde a comprometer-se com a neutralidade carbónica, o LIVRE defende a **transição ecológica do SNS**, com metas claras de descarbonização e eficiência energética, energias renováveis, gestão sustentável de resíduos e critérios ambientais nas compras públicas, numa lógica de "Saúde em todas as políticas" que liga ambiente, bem-estar e justiça social.

Compromissos e mandato

Em coerência com esta visão, o Congresso do LIVRE delibera assumir os seguintes compromissos e mandar os seus órgãos e representantes para:

1. **Defender intransigentemente o carácter público, universal e geral do SNS**, rejeitando a celebração de novas parcerias público-privadas e o avanço de modelos de gestão privada dos cuidados, designadamente as USF-C.
2. **Promover o reforço dos cuidados de saúde primários**, através da generalização das USF Modelo B, da maior integração entre níveis de cuidados e do alargamento de modelos inovadores de cuidados de proximidade e domiciliários.
3. **Colocar a prevenção e a promoção da saúde no centro das políticas públicas**, exigindo o aumento progressivo do investimento em prevenção em direção à média da OCDE e a equidade territorial no acesso, designadamente aos rastreios.
4. **Lutar pela valorização de todos os profissionais de saúde**, com vínculos estáveis em substituição da precariedade, carreiras justas (incluindo a carreira médica, a carreira de médico dentista e a justiça remuneratória dos enfermeiros) e formação adequada, designadamente em cuidados paliativos.
5. **Democratizar a governação do SNS**, com a escolha transparente e participada das administrações das ULS e o reforço da participação de profissionais e utentes.
6. **Exigir transparência e regulação efetiva do setor privado da saúde**, com reporte de dados equivalente ao do SNS como condição de qualquer relação com o Estado.
7. **Integrar a dimensão ambiental na política de saúde**, promovendo a transição ecológica do SNS com metas vinculativas de descarbonização.

Proponentes

- Paulo Muacho
- Éleonor Silva

Subscritores

- Silvia Pais
- Joana Alves Pereira
- Rita Farias
- Manuel Muacho
- Nurin Mirzan
- Henrique Longa

- Salomé Gomes
- André Santos
- Filipe Pinto
- Isabel Faria
- Sílvia Vilas
- Pedro A. Pinheiro
- André Tenente
- Inês Pires
- Joana Loureiro
- Rúben Vieira
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Rodrigo Teixeira
- António Saraiva Lopes
- Sandra Tomás
- Leonardo Soares
- André Bonito Ferreira
- Denise Viana
- Fausto Fialho
- Jorge Araújo